

- O CEBES deve questionar o processo de desenvolvimento colocado para o Brasil hoje. A democracia, neste sentido, emerge como elemento central a esta pauta. As decisões políticas que conduzem o projeto de desenvolvimento hoje estão definidas por uma minoria e submetidas a fortes pressões políticas atreladas a interesses privados. Só através da democracia é possível um desenvolvimento socialmente justo, na antemão de um processo que se faça por uma via autoritária, consumista e insustentável ambientalmente.
- A democracia brasileira apresenta uma série de fragilidades: os movimentos sociais encontram-se extremamente frágeis, a democracia representativa se faz a partir de partidos em que a maioria não possui um programa político como finalidade da ação política, a democracia participativa, expressa nos conselhos, mostra-se associada a uma cultura política que coloca interesses privados acima do interesse público e os grandes veículos midiáticos estão nas mãos de poucas famílias e pequenos grupos empresariais, enquanto as mídias alternativas, apesar dos avanços no último período, ainda estão muito distantes da grande maioria da população. Portanto, para um desenvolvimento socialmente justo, a transformação desta democracia frágil faz-se necessária.
- Além disto, a luta por um processo de desenvolvimento socialmente justo necessita se distinguir da idéia de desenvolvimento como simples ampliação do mercado de consumo. Ele deve definir-se por um projeto de emancipação política que fortaleça a autonomia e o poder decisório dos cidadãos.
- Outra questão para a democracia neste processo de desenvolvimento é a de retomar a bandeira histórica da descentralização, porém qualificando este processo. Observa-se nos dias de hoje que o processo de descentralização foi e está fortemente determinado pelos interesses dos gestores federais, em razão do vínculo dos recursos federais a execução de políticas determinadas por este. Há necessidade de dar aos gestores municipais maior autonomia na determinação da política local para que o gestor municipal não seja um mero executor da política federal.
- O SUS, que durante a década de 1990, em seu processo de institucionalização, foi elemento centralizador da resistência do movimento sanitário aos ajustes estruturais do período neoliberal, hoje se mostra institucionalizado, com uma série de insuficiências e distorções perante seus princípios e diretrizes constitucionais. Esse SUS tem sofrido um processo de focalização, sendo simbolizado ideologicamente e praticado como um espaço de acesso desqualificado e desumanizado entretanto, necessário a toda população. Enquanto isso, o próprio capital, expresso na indústria farmacêutica, no complexo hospitalar privado, nas indústrias de insumos de saúde e nos planos privados de saúde tornaram-se dependentes de seus recursos, o que faz com que hoje o SUS seja um falso “consenso”. Dentro desta perspectiva a defesa da primazia do interesse público na saúde mostra-se estratégica à luta do movimento sanitário. Neste sentido, é central a transformação de uma cultura que mostra-se apática e desanimada em relação a perspectiva de mudança nos rumos do SUS. O CEBES deve buscar aproximação não apenas aos setores organizados da sociedade mas abrir canais de diálogo com toda a população.
- Desta forma, para que um projeto de nação atrele ao desenvolvimento o objetivo de emancipação política é necessário sujeitos políticos cuja práxis esteja identificada com este

projeto. Neste sentido, a formação de intelectuais orgânicos, atrelados a este projeto, militantes de sindicatos, ONG's, movimentos sociais, grêmios e associações estudantis, associações de moradores, redes virtuais, etc; mostra-se fundamental.

- Outro elemento importante na disputa de projetos para o desenvolvimento brasileiro e centralmente vinculado à questão democrática, é o controle social. Com o SUS, institucionalizou-se o controle social através dos conselhos. Porém, estes possuem diversas limitações e problemas: os conselhos hoje têm pouco ou nenhum poder deliberativo ou poder de definição das políticas sociais, os conselhos estão despolitizados e permeados por relações anti-éticas e com fim em interesses privados, os conselhos não expressam a opinião ou os interesses da população, ou dos supostos beneficiários das políticas. O controle social, neste sentido, deve ser fortalecido, no sentido de ter uma concreta representação e de se politizar perante a sua finalidade que deve ser definida pelo interesse público. Além disto, os conselhos devem avançar no sentido de não serem meros instrumentos consultivos ou avaliativos e de se caracterizarem como co-gestores, fortalecendo seu caráter decisório.

- destaque no texto do Bernardo: combater a crise hospitalar